

EDITORIAL

## Crise política

O país está enfrentando a maior crise de sua recente democracia. A deterioração do quadro econômico provocou repercussões nas esferas política e social que nos intimam a refletir sobre as conquistas alcançadas nestes últimos anos. Entre elas, talvez a maior, está a consolidação de uma esfera pública de debates e liberdades absolutamente essencial para nossa jovem democracia. Seu fundamento é a ideia de cidadania. Sua realização dá-se na garantia dos direitos que, historicamente, caracterizam seu núcleo moral e existencial: o indivíduo.

Nenhum clamor por justiça pode se realizar alienando qualquer cidadão, seja ele quem for, de tais direitos. Diante deles devemos, cada um de nós, refletir sobre as razões e as paixões que nos movem agora. O desejo desorientado de justiça, baseado na saciedade das nossas frustrações não pode ser maior do que os direitos universais que garantem a existência de uma institucionalidade que nos permite existir como unidade soberana.

As lideranças que operam na esfera política devem, igualmente, refletir sobre seu papel. Uma crise como a que enfrentamos não se constrói sem uma sucessão de equívocos cuja última peça, tal qual uma sequência de dominós, parece agora tombar sobre nós tendo ao fundo a algaravia estridente das ruas. Os responsáveis – homens, mulheres, partidos, instituições – devem ser cobrados nos termos do estado democrático de direito. Disto também depende o desenvolvimento da nossa democracia. É hora de contemplarmos nossos próprios esforços ao longo destas décadas e, com serenidade, firmeza e esperança refletir sobre o país que temos hoje para que possamos construir o país de amanhã.

**Contato com a redação**

(62) 3202-1280

jornaldoprofessor@adufg.org.br

**CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**

## Marco legal: prós e contras

Efeitos positivos e negativos das novas possibilidades de parcerias entre universidades e empresas privadas, sob a ótica das professoras Maria Clorinda Fioravanti, Pró-Reitora de Pesquisa e Inovação (PRPI-UFG), e Andréa Gouveia, presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped).

**Páginas 8 a 10**

## 30% dos doutores da UFG não publicam

Pesquisa publicada numa das mais importantes revistas de infometria do mundo pode refletir característica geral das universidades federais brasileiras.

**Página 11**

Fábio Alves



### INVETERADA PELA PESQUISA

*A trajetória de Célia Maria de Almeida (ICB), uma das pesquisadoras mais produtivas da UFG. Página 16*

Macloys Aquino - março/2015



**Bartira Macedo de Miranda**

Professora da Faculdade de Direito (FD-UFG).

**Opinião, página 3**

## ‘Universidade não é antro da esquerda’

Entrevistado pelo **Jornal do Professor**, o sociólogo Marcelo Ridenti (Unicamp) desconstrói a ideia de que a universidade é meio para veicular ideias políticas que lhe são exteriores.

**Página 13**



**Bartira Macedo  
de Miranda\***

## O combate à corrupção e o juiz que escreve o epitáfio do direito processual penal brasileiro

Os discursos legitimadores do poder punitivo da Idade Média permanecem e podemos percebê-los cada vez que se quer justificar a violação de direitos de determinada pessoa ou grupos. Embora haja transformações no seu conteúdo, trata-se de uma estrutura discursiva que não muda. Nas palavras de Eugenio Zaffaroni:

*Desde a Inquisição até hoje os discursos foram se sucedendo com idêntica estrutura: alega-se uma emergência, como uma ameaça extraordinária que coloca em risco a humanidade, quase toda a humanidade, a nação, o mundo ocidental etc. e o medo da emergência é usado para eliminar qualquer obstáculo ao poder punitivo que se apresenta como a única solução para neutralizá-lo. Tudo que se quer opor ou objetar a esse poder é também inimigo, um cúmplice ou um idiota útil. Por conseguinte, vende-se como necessária não somente a eliminação da ameaça, mas também a de todos os que objetam ou obstaculizam o poder punitivo, em sua pretensa tarefa salvadora.*

O discurso de combate à corrupção – assim como a “caça às bruxas” e todo discurso bélico no interior do sistema punitivo – encerra um sufocamento das liberdades individuais. A função política do juiz no processo penal seria a de justamente conter os arbítrios e garantir a justa aplicação da lei penal. Afinal, não podemos exigir dos criminosos que não cometam crimes, mas é de se esperar que os agentes da lei a cumpram.

Contra as trevas da justiça penal da Idade Média ergueu-se todo um arcabouço teórico após o Iluminismo, e, a partir, principalmente, da obra de Marques de Beccaria, “Dos delitos e das penas”, de 1764, passou-se a cultivar um direito penal liberal e um processo penal de feição acusatória, com regulação e devida limitação ao poder punitivo, conferindo direitos e garantias aos acusados. Desde o Código Criminal do Império do Brasil, de 1830, e o Código de Processo Criminal do Império do Brasil, de 1832, o nosso Direito tem, formalmente, inspiração liberal; embora, na prática, a lei sempre tenha feito o controle social penal da senzala e dos que saíram dela. No entanto, nunca faltou a luta pela efetivação dos direitos, pela liberdade, pela igualdade e pelo fim da opressão das classes sociais mais desfavorecidas. Tampouco estamos a salvo de golpes que ponham em perigo os passos dados em direção a uma sociedade efetivamente democrática.

Porém, ao invés de se ampliar as garantias e a efetividade dos direitos individuais no interior do sistema penal para a universalidade dos réus, nos procedimentos da “Lava Lajato” está-se distribuindo violação de direitos para os “vips” (políticos e classes dominantes), recém alcançados pelo sistema de justiça criminal. A histeria coletiva que se apropria do discurso do combate à corrupção, vendido pela mídia como o grande problema nacional, que, dizem, põe em perigo toda a nação, vai justificando a mitigação dos direitos individuais e o recrudescimento do sistema penal em prejuízo do corpo social e de sua capacidade de se opor ao arbítrio judicial.

O que caracteriza o poder punitivo é justamente o exercício da força sobre o “outro”, considerado como perigoso e inimigo da sociedade; sem limites, chegamos à completa barbárie ou a estágios pouco civilizados, sem predomínio do Estado de Direito. A emergência do combate à corrupção está sendo o pretexto para a violação das leis e da Constituição. Mas, afastado o Estado Democrático de Direito, está aberto o caminho para que o sistema penal seja utilizado para interferir nos rumos políticos do país.

Pois bem, em artigo publicado no dia 26/02/2016, o atual presidente do Conselho Federal da OAB, Claudio Lamachia, acredita que estamos em uma encruzilhada: ou acabamos com a corrupção, ou ela acaba com o Brasil. Nesse ponto ele tem razão: não parece possível acabar com a corrupção, mas é possível que o combate à corrupção acabe com as estruturas democráticas do Brasil. Segundo ele, é preciso “passar o país a limpo e depurar a classe política”. Anunciando um novo apocalipse, encerra o artigo apresentando-se para defender os interesses da sociedade, sem bandeiras partidárias. Restamos indagar quem faz parte da sociedade que ele se compromete a defender e que governo serviria a essa sociedade senão o que foi legitimamente eleito. Acaso estava-se anunciando uma nova era?

Eis que o tom escatológico se confirmaria em seguida. Em seu discurs-

so de posse, Claudio Lamachia anuncia um novo contrato social e insiste que precisamos da depuração da política nacional. Afirma que “algo deve ser feito, e rápido”. Afinal, “não podemos perder tudo o que, a duras penas, construímos até hoje”.

Extremamente intrigante o discurso do novo presidente da OAB, lido agora, alguns dias após a notícia da ilegal e abusiva condução coercitiva do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Enquanto o país, atônito, tentava compreender o que se passava, o presidente da OAB protocolava um pedido de cópia da delação premiada do senador Delcídio do Amaral, que sequer fora homologada pelo STF; apressava-se em buscar subsídios para um possível pedido de impeachment da presidente Dilma Rousseff. Muitos lamentam o fim das fogueiras!

O discurso de posse do presidente da OAB, prevendo tempos difíceis, já convocava a advocacia brasileira a cerrar fileiras para “retornarmos a tradição brasileira de conciliação nacional”. Como quem previsse um clima de guerra, o presidente decretava: “o nosso compromisso é reunificar o Brasil”. Como assim, o país está dividido? Diz: “Que o Ministério Público faça a sua parte, apurando as responsabilidades civis e criminais”, “que o cidadão brasileiro faça seu dever de casa e expurgue da vida política todos aqueles políticos que não honraram a sua confiança”, “enquanto isso o Brasil tem que avançar”. E ainda faz referência a uma guerra civil: “da sangrenta Guerra Civil norte-americana se extraiu a síntese daquilo que mais tarde se tornaria a nação mais poderosa do planeta”. E arremata: “Todos teremos que inicialmente perder um pouco para mais adiante todos ganharmos muito”. Por fim: “É hora de mudarmos os destinos do Brasil”.

O presidente da OAB, instituição que tem por tradição defender as liberdades democráticas, num primeiro momento defendeu a legalidade da condução coercitiva do ex-presidente Lula. Diante da perplexidade da comunidade jurídica, de feição democrática, voltou atrás no dia seguinte, quando afirmou que a condução coercitiva foi desnecessária e que “não se combate o crime cometendo outro crime, que é o descumprimento das leis”.

Ministro do STF, Marco Aurélio Mello foi enfático: “Condução coercitiva? O que é isso? Eu não compreendi. Só se conduz coercitivamente, ou, como se dizia antigamente, debaixo de vara, o cidadão que resiste e não comparece para depor. E o Lula não foi intimado”. Colocando os pingos nos “is”, o ministro afirmou que a condução coercitiva foi um ato de força, o que é um grande retrocesso. Juízes não são legisladores, nem justiceiros. Não se avança atropelando as regras básicas.

Dizer que o ato praticado pelo juiz Sérgio Moro foi um ato de força significa dizer mais que um ato não dotado de legalidade. Muito menos se trata de uma dissidência doutrinária. Ao contrário, expressa um julgador que não considera e não se vincula ao ordenamento jurídico ao qual ele deveria estar submetido. O que faz sua decisão sobre a condução coercitiva do ex-presidente gerar tanta polêmica não é o que ela diz, mas, sobretudo, o que ela não diz.

O ponto central da polêmica é que a decisão não foi jurídica, não havia base fática para a aplicação da norma invocada (o juiz não estava vinculado aos fatos, às provas e à lei). Essa é a gravidade da decisão e o motivo porque ela abala o Estado de Direito e nos põe diante de uma ditadura do Poder Judiciário. A decisão tem aparência jurídica, tem forma jurídica; a árvore de Natal está lá, mas pesa o ponto de partida: um ato de poder e força, que se traduz em opressão e arbítrio, que expõe a falta de limites éticos no uso do poder punitivo e que transforma o processo penal em mera burocracia punitiva, como instrumento ideológico para se exercer poder político. E isso põe em discussão a configuração do processo penal, do Judiciário e do próprio Direito.

A encruzilhada que vivemos é esta: ou reafirmamos o Direito Processual Penal em prol de uma sociedade democrática, onde os acusados serão julgados conforme as regras do devido processo penal constitucional; ou poderemos ler nas decisões judiciais “Aqui jaz o Direito Processual Penal” e, com ele, a democracia.

\*Professora da Faculdade de Direito (FD-UFMG)



Tadeu Alencar Arrais\*

# O paradeiro da autonomia

*Haverá paradeiro  
Para o nosso desejo  
Dentro ou fora de um vício?  
Uns preferem dinheiro  
Outros querem um passeio  
Perto do precipício.  
Haverá paraíso  
sem perder o juízo e sem morrer?*

**Arnaldo Antunes, "Paradeiro"**

Aprendemos, mesmo antes de frequentar os bancos acadêmicos, que a universidade pública ampara-se em dois compromissos. O primeiro é formativo, afinal a universidade nutre a sociedade de profissionais dotados de expertise para atender suas demandas cotidianas. O segundo é transformativo, o que implica em reconhecer que esse conhecimento produzido é utilizado para construção de uma sociedade mais justa. Os dois compromissos, em todos os verões, são renovados nas cerimônias de formatura. Reitores proferem discursos sobre a ciência e o protagonismo social reservado aos professores. Pais se emocionam com os discursos, vislumbrando um melhor futuro para seus filhos. Os filhos sentem-se aliviados, mas também angustiados, pois sabem, mesmo que intuitivamente, que a partir daquele momento seu paradeiro não mais importará para a universidade.

Esse conceito de universidade que aprendemos a cultivar nas formaturas é demasiadamente romântico. Conceito romântico que vem sendo erodido por um conceito de universidade pragmática. Não aquele pragmatismo próprio da ciência moderna que envolveu acalorados debates sobre sua neutralidade. Trata-se de um pragmatismo político-burocrático que advoga um papel abstrato para universidade em relação ao que acontece em seu entorno, o que reverbera diretamente em sua autonomia. O filósofo Edgar Morin lembrou que a fecundidade da ciência, em pleno século 17, resultou de sua progressiva autonomia em relação ao Estado e à religião. O caminho da autonomia foi o mesmo da emancipação da ciência e, portanto, dos homens e mulheres que faziam ciência. A universidade, em algum momento do século XX, deixou de ser considerada o paradeiro da autonomia.

O primeiro Informativo da Direção da Faculdade de História a sua Comunidade Acadêmica sobre a prisão do professor Rafael Saddi e o texto Sobre as Escolas Públicas e as Organizações Sociais da Reitoria da UFG ilustram esse conceito de universidade. Tais textos, em um passado remoto, seriam redigidos com rapidez e passionalidade, afinal, professores e alunos foram privados da liberdade. Essa passionalidade fundamentava-se na adesão voluntária da agenda reivindicatória ou mesmo no genuíno sentimento de solidariedade diante do sofrimento de nossos pares. O comedimento, no entanto, suplantou a passionalidade. Tímido, o Informativo reproduziu a informação do professor encarcerado de que não havia "...problemas quanto a sua integridade física". O sentimento de indignação limitou-se a cobrar diálogo entre as partes e a condenar "qualquer ato de violência". Mas não se trata de qualquer ato de violência. É um ato localizado, comprovado, verificado. O diálogo entre pares, representado em fotografia amplamente divulgada nas redes sociais, ocorreu entre paredes.

A retórica do diálogo foi igualmente reproduzida no texto da Reitoria da UFG, acrescido de uma crítica respaldada em parecer do Ministério Público. Ao que parece, os estudos desenvolvidos por

professores da UFG, que seguiram a mesma linha e antecederam o parecer do Ministério Público, careciam de legitimidade. A palavra violência não compareceu no texto. É como se tratássemos de dois processos separados e não da velha lei de causa-efeito, ação-reação. A situação do diálogo, tão cobrada, só seria possível se movida pela autonomia intelectual. O diálogo pressupõe um mínimo de equilíbrio de poder. Mas há pouco o que cobrar da Reitoria da UFG quando o próprio Fórum de Licenciatura observa, inerte, a agonizante luta dos cursos de licenciatura.

O papel do sindicato dos docentes da UFG nesses episódios oscilou bastante, reflexo, talvez, dos cálculos políticos sucessórios. Observando o conjunto de informações divulgadas no Jornal do Professor chegamos, mesmo que apressadamente, a seguinte narrativa. No primeiro momento, a Adufg limitou-se a reproduzir a retórica do diálogo, seguida do processo de vitimização da Secretaria de Educação, a partir do episódio na Faculdade de Educação. O professor Fernando Santos, em entrevista ao Jornal do Professor, resumiu bem aquele episódio, ao dizer que a professora "Raquel foi lá para fazer teatro". "A FE se recusa a debater OS com Raquel", além de outras matérias de veículos de comunicação reproduzidas no site da Adufg, indicam que a teatralidade surtiu efeito momentâneo. No segundo momento, após a mais tosca estratégia de criminalização dos professores, seguida da detenção e posterior prisão do professor Rafael Saddi, a Adufg manifestou-se de forma incisiva, com a rapidez que a ocasião demandou, reconhecendo o papel dos professores na luta pela melhoria da educação pública, além de ofertar apoio jurídico. A função de um sindicato não é produzir conhecimento. Seu papel político se aproxima de uma confraria medieval, motivo pelo qual a defesa de seus associados, para além das simpatias partidárias, deve assumir prioridade máxima.

A entrevista do professor Rafael Saddi ao Jornal do Professor surtiu dois efeitos positivos. O primeiro foi reforçar o fato de que não se trata de um discurso "esquerdista", ingênuo, a menos que os adjetivos também sirvam para o Ministério Público. O professor demonstra conhecimento do assunto, o que justifica o prestígio nacional dos seus textos sobre as Organizações Sociais. O segundo, digamos, resultou da humanização do professor, afinal aquela barba longa, por fazer, esconde um intelectual convicto do seu papel social e que encara as lutas sociais sem rancor.

Ingressei na UFG em janeiro de 1992. Lá se vão 24 anos testemunhando o crescimento qualificado dessa que é, sem dúvida, a instituição que goza de maior prestígio na sociedade goiana. Crescemos em visibilidade nacional e internacional, resultado da qualidade da produção científica, ampliamos as áreas de atuação e, principalmente, criamos exitosas políticas de inclusão social. Mas o crescimento também trouxe alguns problemas que não são próprios da UFG. Fomos isolados em departamentos, laboratórios, gabinetes. Ficamos cada vez mais distantes da rotina global da universidade e perdemos, aos poucos, aquela noção de trabalho corporativo. Separamos, por conforto ou por oportunismo, os campos formativos dos campos de atuação, como se um existisse sem o outro. Estamos perdendo, e isso é o mais grave, a capacidade de solidariedade com as lutas que ocorrem no nosso entorno. Talvez por isso, diferente de outros tempos, a prisão de professores e alunos não tenha sido suficiente para provocar, com algumas exceções, gestos firmes e corporativos de solidariedade. Nessa nova universidade não há espaço e nem tempo para qualquer lampejo de solidariedade, pelo menos até o dia em que a violência nos atingir pessoalmente.

\* Professor Associado do IESA-UFG - tadeuarraisufg@gmail.com



**Veridiana Maria  
Brianezi Dignani  
de Moura\***

## Os desafios da mulher na docência e na ciência – reflexões

Ao receber a incumbência de redigir algo sobre os desafios da mulher na ciência ponderei “nossa, nunca pensei especificamente sobre isso!”. Talvez porque faça parte de uma geração em que as diferenças entre gêneros foram amplamente reduzidas e também continue vivenciando a evolução natural e irrevogável da mulher nas diferentes profissões e áreas de atuação, incluindo a pesquisa científica. Ou ainda porque em meu inconsciente os desafios estão para que todos nós os enfrentem e superem, independente se homens ou mulheres. Apesar disso, a constatação é de que algo de fato mudou. Há algum tempo as mulheres têm participado ativamente dos enfrentamentos aos reptos da transformação da atividade docente e também da evolução da ciência. Basta olhar ao redor e se dar conta de quantas somos a liderar importantes grupos de pesquisas nas diferentes áreas e instituições do país.

Difícil é começar, mas com o tempo as coisas se encaixam, ou pelo menos se orientam a uma direção, e tudo passa a fluir com certa tranquilidade. Atentem-se, eu disse certa tranquilidade, o que em hipótese alguma se aproxima de algo do tipo trabalho a realizar apenas em horários convencionais ou pré-estabelecidos. É preciso muito, muito mais. Aliás, não tenho dúvidas de que um dos grandes desafios da mulher na ciência é organizar-se de forma a conciliar as atividades profissionais com os compromissos familiares e pessoais, já que cabe a maioria de nós cumpri-los. Afinal, há tempos temos buscado poder participar de tudo isso sem restrições. Reconheço que essa também possa ser a realidade de muitas outras pessoas em outros ramos de atividade, mas a docência e a pesquisa científica são implacáveis e sempre pedem o melhor de nós. Que o digam as horas intermináveis ao escrever artigos, projetos, elaborar provas, corrigir teses, preparar aulas, conduzir experimentos, orientar alunos de graduação e pós-graduação.

Me lembro do início da carreira, quando não se tem experiência e tão pouco os requisitos para ao menos mínima chance de aprovação de um projeto em um dos editais de fomento à pesquisa, mas é preciso, mesmo assim, continuar trabalhando e acreditar em seus objetivos. Muitas vezes parece que o mundo está contra você, já que soa incoerente estar na condição de iniciante e ter que atender a requisitos improváveis para esse momento. Mas felizes somos porque os cenários mudam, a ciência evolui, a experiência aos poucos se torna realidade e você passa então a colher, gradativamente, os frutos que apenas em sonho vislumbrava. Um par-

co ou substancial recurso para conduzir estudos em sua linha de pesquisa, um trabalho publicado em uma revista científica de importância na área de atuação, a apresentação de um trabalho em um evento de destaque no meio acadêmico e outras tantas alegrias possíveis nessa trajetória de fato desafiadora. Desses júbilos, talvez o mais valioso, ao menos na minha opinião, seja aquele que envolve umas das vertentes da pesquisa e da atividade docente, a função de educar, que também significa informar, reformar e transformar. Quanta responsabilidade!

Nesse quesito, é possível que o instinto maternal justifique tanta dedicação. E como é gratificante acompanhar o desenvolvimento de um

ser humano que chega até você quase sempre despercebido, muitas vezes tímido, ainda sem saber ao certo o significado da profissão que escolhera para a vida e, após algum tempo em caminhada compartilhada, transparece em seus olhos a descoberta de tantas possibilidades. Também é precioso perceber o amadurecimento profissional e pessoal de nossos alunos. Resumindo, como docentes somos responsáveis por transformar positivamente a vida das pessoas. E alguém

duvida que isso representa imenso desafio e ultrapassa os limites da ciência? Eu não.

Sim, apesar do trabalho incessante, da batalha constante, de alguns momentos roubados de nossos entes tão amados e de resultados técnico-científicos por vezes nem tão fantásticos como gostaríamos, acredito nos propósitos diretos e indiretos da docência e da pesquisa científica. E, ao frigar dos ovos, depois de tantas conquistas ao longo da história, o que teremos à frente? Ou melhor, o que esperamos ou queremos como desafios futuros? A minha resposta, considerando a atual condição político-econômica de nosso país, é que possamos continuar trabalhando na missão da docência, buscando formar cidadãos conscientes e que possam transformar, através da educação e do trabalho, a realidade de tantos que vivem e sofrem na ignorância. E na pesquisa científica, espero poderemos continuar vencendo as dificuldades, especialmente as operacionais, que também decorrem do cenário econômico atual, para produzir resultados que contribuam de alguma forma para a evolução da ciência e de todos nós, seres humanos e animais. Obrigada, foi excelente poder refletir sobre isso.

\* Professora da Escola de Veterinária e Zootecnia (EVZ-UFG)

“ EM MEU  
INCONSCIENTE OS  
DESAFIOS ESTÃO  
PARA QUE TODOS  
NÓS OS ENFRENTEM  
E SUPEREM,  
INDEPENDENTE  
SE HOMENS OU  
MULHERES ”

**Adufg**  
SINDICATO

18ª Diretoria Executiva  
Sindicato dos Docentes das  
Universidades Federais de Goiás

Flávio Alves da Silva  
Presidente

Daniel Christino  
Vice-presidente

Edsaura Maria Pereira  
Diretora Secretária

Bartira Macedo  
Diretora Adjunta Secretária

Anderson de Paula Borges  
Diretor Administrativo

Thyago Carvalho Marques  
Diretor Adjunto Administrativo

Ana Christina de Andrade Kratz  
Diretora Financeira

Luciana Aparecida Elias  
Diretora Adjunta Financeira

Peter Fischer  
Diretor para Assuntos dos  
Aposentados e Pensionistas

Maria Auxiliadora de  
Andrade Echegaray  
Diretora Adjunta para  
Assuntos dos Aposentados  
e Pensionistas

**Jornal do Professor**

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO  
DOS DOCENTES DAS  
UNIVERSIDADES  
FEDERAIS DE GOIÁS

ANO III - Nº 30  
Março/Abril de 2016  
Idealizador do projeto  
Prof. Juarez Ferraz de Maia

Projeto gráfico original  
Cleomar Nogueira

Editora responsável  
Alessandra Faria (JP 01031/GO)

Editor e repórter  
Macloys Aquino (Fenaj 02008/GO)

Diagramação  
Bruno Cabral

Repórter  
Fábio Alves (JP 0003403/GO)

Publicação mensal

Tiragem  
3.000 exemplares

Impressão  
Cegraf UFG

[jornaldoprofessor@adufg.org.br](mailto:jornaldoprofessor@adufg.org.br)

9ª Avenida, 193, Leste Vila  
Nova - Goiânia - Goiás  
Fone: (62) 3202-1280  
Produção e edição  
Assessoria de Comunicação  
da Adufg Sindicato

# RESPINGOS

Notícias do movimento docente, da vida na UFG e de questões jurídicas sobre o magistério superior

## Rombo

Segundo levantamento do G1, nove das 15 maiores universidades federais brasileiras acumularam déficit de R\$ 400 milhões em 2015, efeito dos cortes impostos pelo MEC. Só a UFRJ teve déficit de R\$ 125 milhões no ano passado.

## Crise I

O número de universitários que abandonam cursos superou, em 2014, o total que conclui a graduação no país. Naquele ano, formaram-se 1 milhão de pessoas, enquanto 1,2 milhão de alunos trancou matrículas.

## Crise II

O balanço inclui alunos de graduações presenciais e à distância (EAD), de instituições públicas e privadas, e foi divulgado recentemente pelas Sinopses Estatísticas dos Censos da Educação Superior, do Ministério da Educação (MEC).

## Base

Do ex-reitor da UnB, José Geraldo: “Diziam que os movimentos sociais tinham refluído. E como é que em Goiás as escolas estão sendo ocupadas? De onde saiu essa capacidade criativa dos jovens por educação como função social?”

## Interesse

José Geraldo foi palestrante do Ciclo de Debates sobre Autonomia e Democratização Universitária nas Ifes, em fevereiro, na Faculdade de Direito. Evento organizado pela Adufg Sindicato, Sint-Ifesgo e APG. Apenas 26 participantes.

## Vazio

“A UFG não gosta de debater. É uma questão cultural. O sindicato promove um evento de interesse da universidade e só dois pró-reitores, nenhum diretor e poucos professores comparecem”, criticou o presidente da Adufg Sindicato, Flávio Alves da Silva.

## Crédito

A fotografia do Monumento ao Trabalhador, no artigo “O Jaburu 2015 e o Monumento ao Trabalhador”, publicado em nossa edição passada, é do fotógrafo Hélio de Oliveira. Registro de 1969.

## Causa honoris

Fafil e FE apresentaram a proposta para revogar o título de doutor honoris causa concedido pela UFG ao governador Marconi Perillo, em 2005. O Consuni rejeitou a proposta no dia 26 de fevereiro passado.

## Não merece

“Em 2005, a Faculdade de Educação se manifestou contrária à concessão do título. Naquela época não merecia. Muito menos nesse momento, em função do desrespeito à educação pública”, disse a professora Lueli Nogueira (FE).

## Ninguém

Nenhum dos conselheiros que votou pela manutenção do título justificou a escolha. Cinco conselheiros justificaram seus votos favoráveis à revogação do título. Outros tentaram.

## Cura gay

Especialista em Políticas Públicas e egresso da UFG, Claudemiro Soares Ferreira oferece “curso para cura gay”. O ex-aluno usa o nome da universidade no currículo e diz levar “orientações para famílias e educadores à luz da Ciência e da Bíblia”.

## Superação

Em nota, a UFG diz não compactuar com a manifestação de preconceito promovida por seu ex-aluno e que tem política universitária comprometida com a superação das desigualdades e respeito às diferenças.

## Reembolso

A assessoria jurídica da Adufg Sindicato conseguiu na Justiça que a Unimed reembolse uma sindicalizada, por uma cirurgia realizada em sua mãe, por médico não cooperado. A operadora havia negado o procedimento sem apresentar alternativas à consumidora.

## Ponta

Professora aposentada da UFG Celina Turchi Martelli coordena, em Recife, uma das principais pesquisas da Fiocruz (com 600 bebês, dos quais 200 têm microcefalia).

## CORTES DEVEM AFETAR AINDA MAIS UNIVERSIDADES

As universidades ainda aguardam o impacto do corte de R\$ 23,4 bilhões, definido pelo governo no orçamento 2016. O montante é menor que o do ano passado, de R\$ 70 bilhões, mas as expectativas não são positivas, a considerar os efeitos cumulativos dos cortes desde 2015. O governo ainda não divulgou como vai ser distribuído esse corte.

### Manhã qualquer

Fotos: Fábio Alves



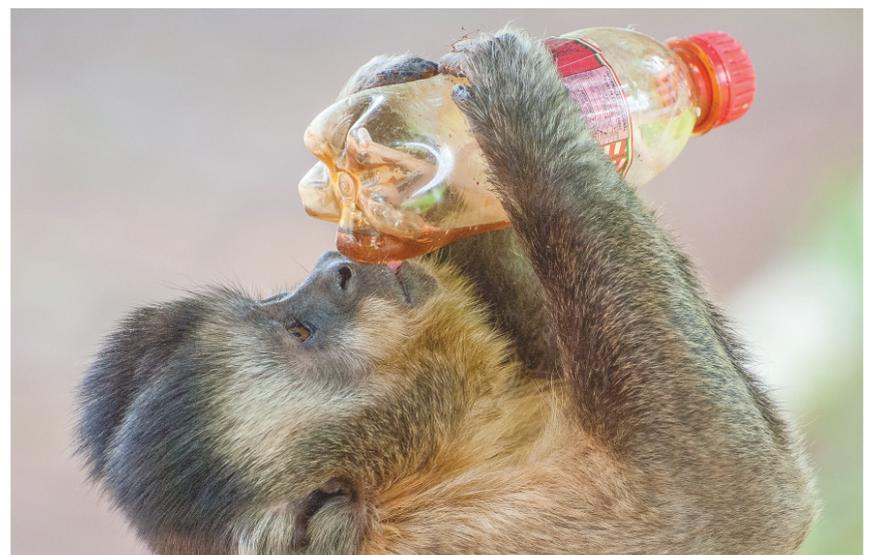
A estudante Nancy Cardoso, de Guiné-Bissau, e o professor Heleno Dias Ferreira conversavam animados pelo pátio do ICB numa manhã de março.

### Vermelho solar



A estudante de Física Dimitria Silveira contrasta seus cabelos vermelhos com o forte sol numa manhã no Campus Samambaia.

### Itubaína



Ao revirar uma lixeira próxima à Biblioteca Central, o macaco-prego encontrou uma garrafa fechada de Itubaína, mordeu o fundo e sorveu o refrigerante.

# Entidades discutem autonomia universitária

Entidades que representam docentes, técnicos-administrativos e alunos da UFG participaram do Ciclo de Debates sobre Autonomia e Democratização Universitária nas IFEs. O evento, ocorrido no dia 23 de fevereiro, na Faculdade de Direito da UFG, foi promovido pela Adufg Sindicato, SINT-IFESgo e Associação dos Pós-graduandos (APG).

Após a palestra do professor de Direito e ex-reitor da UnB José Geraldo de Souza Júnior, especialista no contexto histórico da autonomia da universidade brasileira, houve a participação dos representantes da Andifes, Proifes Federação, Fasubra, Conif e UNE. As entidades apresentaram suas propostas de autonomia universitária no que se refere às questões administrativas, acadêmicas e de recursos. Confira.

## Andifes

“O conselho servirá para coordenar ações de interlocuções com os poderes da república, com os organismos acadêmicos e científicos; estimular ações de cooperação e de solidariedade entre as instituições do sistema de universidades públicas federais; coordenar as políticas orçamentárias, financeiras e administrativas; elaborar regulamento próprio para licitações; propor ao Poder Executivo o quadro de pessoal docente e técnico administrativo; propor ao Poder Executivo o plano de carreira dos docentes e dos servidores técnico-administrativos; e elaborar regulamento próprio sobre a gestão de pessoal.”

## Geci José Pereira da Silva

Pró-reitor de Desenvolvimento Institucional e Recursos Humanos da UFG

## UNE

A entidade defende um projeto de universidade como instrumento de luta. A proposta se baseou em três eixos: didático-pedagógico (garantir que o currículo seja feito pela universidade sem interferência de agentes externos); administrativo (paridade e maior divulgação dos conselhos da universidade para aumentar a participação alunos); e financiamento da Educação.

“Autonomia é liberdade de pensar e condições para realizá-la. A gente não consegue avançar sem recursos”.

## Déborah Evelyn

Representante

## PROIFES-Federação

“Para nós, o sistema de universidades federais inclui também os institutos federais de educação, ciência e tecnologia. Outra diferença importante é a questão da composição do Conselho. Duas amarras fundamentais existem em relação à autonomia ou contra a autonomia, são a respeito da lei de licitações. O que ajuda um pouco são as fundações de apoio, ainda que os processos sejam extremamente burocráticos. E a recente aprovação do código de ciência e tecnologia, que de certa forma afastou um pouco de nós a lei de licitações. Outro ponto extremamente importante é que nós não temos autonomia jurídica das universidades federais”.

## Eduardo Rolim

Presidente do PROIFES-Federação

## Fasubra

A Fasubra apresentou três projetos: de universidade, de carreira como instrumento de gestão e os projetos de hospitais universitários. “São projetos construídos no conceito da disputa do Estado brasileiro e que se inserem num ideário de que é possível disputar o Estado brasileiro a partir das suas instituições”.

## Rafael dos Santos

Representante

## Conif

O Conselho Nacional dos Reitores dos Institutos Federais (Conif) não apresentou propostas. Conselheiro do Conif, Eduardo Modena fez elogios às propostas da Andifes e do Proifes e explicou os termos da lei de criação dos Institutos Federais.

## Novembro de 2015

1- Arrecadação, Rendimentos Financeiros e Outros	
1.1- Contribuição Filiados - Mensalidades	259.268,04
1.2- Ingressos, Eventos e Festas	7.700,00
1.3- Receita com Pró Labore Seguro de Vida	1.768,26
1.4- Receitas Financeiras Líquidas	0,00
1.5- Outras Receitas	4.967,25
1.6- Resgate de aplicações financeiras	
<b>Total R\$</b>	<b>273.703,55</b>

2- Custos e Despesas Operacionais	
2.1- Despesas com Pessoal	
2.1.1- Salários e Ordenados	43.410,25
2.1.2- Encargos Sociais	30.224,37
2.1.3- Seguro de Vida	434,71
2.1.4- Outras Despesas com Pessoal	329,53
2.1.5- Ginástica Laboral	550,00
2.1.6- Repasse do empréstimo de funcionários	800,10
2.1.7- Férias, 13º salário e Rescisões	9.829,70
2.1.8- PIS s/ Folha de Pagto.	696,39
<b>Total R\$</b>	<b>86.275,05</b>

2.2- Serviços Prestados por Terceiros	
2.2.1- Cessão de Uso de Software	1.641,57
2.2.2- Despesas com Correios	3.087,59
2.2.3- Energia Elétrica	4.485,81
2.2.4- Honorários Advocatícios	7.920,00
2.2.5- Honorários Contábeis	3.258,00
2.2.6- Locação de Equipamentos	465,95
2.2.7- Serviços Gráficos	3.960,15
2.2.8- Honorários de Auditoria	1.510,49
2.2.9- Tarifas Telefônicas e Internet	2.936,36
2.2.10- Conf. de Faixas/Adesivos/ Banner	184,50
2.2.11- Hospedagem/manutenção/layout do site	2.880,00
2.2.12- Vigilância e Segurança	471,63
2.2.13- Comunicação/Rádio/TV/Jornal	2.600,00
2.2.14- Honorários Jornalísticos	0,00
2.2.15- Serviços de Informática	1.000,00
2.2.16- Outros Serviços de Terceiros	1.450,00
2.2.17- Agua e Esgoto	1.294,90
<b>Total R\$</b>	<b>39.146,95</b>

2.3- Despesas Gerais	
2.3.1- Combustíveis e Lubrificantes	2.772,67
2.3.2- Despesas com Coral	1.392,55
2.3.3- Diária de Viagens	6.912,10
2.3.4- Tarifas Bancárias	166,10
2.3.5- Lanches e Refeições	4.356,24
2.3.6- Quintart	3.220,10
2.3.7- Patrocínios e doações	6.008,00
2.3.8- Manutenção de Veículos	0,00
2.3.9- Festas/Reuniões	5.796,55
2.3.10- Passagens Aéreas e Terrestres	537,46
2.3.11- Gêneros de Alimentação e Copa	731,18
2.3.12- Despesas com a Sede Campestre	4.298,05
2.3.13- Hospedagens Hotéis	1.418,90
2.3.14- Material de expediente	770,02
2.3.15- Festa Final de ano e natalinas	35.115,20
2.3.16- Outras despesas diversas	14.394,66
2.3.17- Manutenção e Conservação	2.973,31
2.3.18- Homenagens e Condecorações	0,00
2.3.19- Despesas com Sede Adm. Jataí	405,14
2.3.20- Despesas com curso de inf. para aposentados	0,00
2.3.21- Despesas com construção Sede Campestre	0,00
2.3.22- Cópias e autenticações	0,00
2.3.23- Sabadart Jataí	1.179,41
2.3.24- Despesas com Greve	0,00
<b>Total R\$</b>	<b>118.771,63</b>

2.4- Despesas Tributárias e Contribuições	
2.4.1- IR s/ Folha de Pagto	3.934,26
2.4.2- CUT-Central Única dos Trabalhadores	0,00
2.4.3- Proifes-Fórum de Professores	21.737,89
2.4.4- Outras Desp. Tribut. e Contribuições	1.043,76
<b>Total R\$</b>	<b>26.715,91</b>

2.5- Repasses e Aplicações	
2.5.1- Repasse para C/C Fundo Social	10.237,42
2.5.2- Aplicação CDB	0,00
<b>Total R\$</b>	<b>10.237,42</b>

**Total Geral dos Custos e Despesas Operacionais R\$** 281.146,96

**3- Resultado do exercício 11.2015 (1-2)** -7.443,41

4- Atividades de Investimentos	
4.1- Imobilizado	
4.1.1- Construções e Edificações	26.323,99
4.1.2- Máquinas e Equipamentos	331,20
4.1.3- Veículos	0,00
4.1.4- Móveis e Utensílios	0,00
4.1.5- Computadores e Periféricos	0,00
4.1.6- Outras Imobilizações	8.800,00
Total R\$	9.131,20

4.2- Intangível	
4.2.1- Programas de Computador	0,00
<b>Total R\$</b>	<b>0,00</b>

**Total Geral dos Investimentos R\$** 9.131,20

**5- Resultado Geral do exercício 11.2015 (3-4)** -16.574,61

Os valores contidos neste relatório estão por Regime de Caixa. Regime de caixa é o regime contábil que apropria as receitas e despesas no período de seu recebimento ou pagamento, respectivamente, independentemente do momento em que são realizadas.

## Nova sede na Regional Jataí

A diretoria da Adufg Sindicato inaugurou no início de março a nova Sede Administrativa em Jataí, que agora passa a funcionar no centro da cidade, com mais espaço e conforto. Fica na Via Centro (antiga Via Cintra), Av. Dorival de Carvalho, 852, sala 5, no Centro. Telefones: (64) 3631-8363 e (64) 99523884

# Sindicato homenageia mulheres

Professoras e servidoras técnico-administrativas da Regional Goiânia e também da Regional Jataí receberam flores em homenagem da Adufg Sindicato ao Dia Internacional da Mulher.

Fotos: Fábio Alves



## Quintart abre festas de 2016



Professores e familiares lotaram o Espaço Cultural, de Lazer e Saúde no primeiro Quintart do ano (26/02). Em março não haverá Quintart por causa do recesso. A confraternização volta com o Sabadart em abril, dia 30, com feijoada e samba, na sede campestre.

## Diretora recebe prêmio Mulher Combativa 2016

A professora Ana Christina Kratz, diretora financeira da Adufg Sindicato, foi uma das homenageadas no Prêmio Mulher Combativa 2016 da Câmara Municipal de Goiânia, em reconhecimento ao seu trabalho pela maior participação das mulheres na vida política do Estado de Goiás.

# Marco legal

A lógica da produção de conhecimento e de tecnologia mudará significativamente na universidade a partir do Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação, sancionado pela presidência da República no início de janeiro. O JP entrevista a presidente da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), Andréa Gouveia (UFPR), crítica à nova lei. Na página ao lado, entrevista com a Pró-Reitora de Pesquisa e Inovação (PRPI) da UFG, Maria Clorinda Fioravanti, entusiasta do marco legal.

## O QUE MUDA

Cai obrigatoriedade de licitação para compras ou contratações para pesquisa até R\$ 300 mil

O marco simplifica regras e reduz impostos para importação de material de pesquisa

Professores de universidades públicas em dedicação exclusiva podem pesquisar também no setor privado, com remuneração

As horas do professor em dedicação exclusiva fora da universidade passam de 120 horas para 416 horas anuais (8 horas/semana)

## ENTREVISTA ANDRÉA GOUVEIA

### ‘Fragilidade ao garantir interesse público’

**Jornal do Professor - Que avaliação a professora faz do texto do marco?**

**Andréa Gouveia** - A relação entre ciência, pesquisa e inovação precisa ser discutida, mas nossa preocupação é quanto isso se faz à luz dos interesses do mercado ou à luz dos interesses de uma autonomia científica nacional. O marco por vezes é muito frágil no controle sobre produtos que podem sair de parcerias público-privadas.

**JP - No sentido de não ser protecionista?**

**Andréa** - De proteger a estratégia nacional de desenvolvimento científico. A lei diz que a patente ficará para a parceira privada e eventualmente para o poder público, mas não há clareza sobre esse “eventualmente”. No marco não há clareza de que, mesmo com investimento do poder público, possamos gerar patentes que garantam autonomia nacional ou interesse público da produção científica.

**JP - Defensores acham importante que patentes fiquem realmente nas mãos de empresas, mas que sejam empresas nacionais.**

**Andréa** - Mas hoje temos uma abertura do capital internacional. A questão é quanto uma patente pode significar vida melhor para o país, pensando em produtos de inovação que tenham impacto direto no combate a nossas desigualdades. Não sei se o caso é ser nacional ou não, mas qual a regra para dizer que um produto de inovação tem interesse público? Isso não está claro. Deveríamos chegar a uma relação menos subordinada entre o poder público e a iniciativa privada. Por exemplo, abrir mão de licitação. O processo de desenvolvimento científico é urgente, mas não pode se constituir todo como emergência. Com planejamento, seguir regras de licitação não é uma coisa impossível.

**JP - O processo licitatório é muito burocrático e lento, e, às vezes, para a pesquisa.**

**Andréa** - É porque se coloca toda estrutura da pesquisa em relação a uma corrida de mercado. Será esse o parâmetro? Há problemas na legislação de licitação, mas que podem ser resolvidos na dis-



Assessoria de Comunicação Anped

cussão do próprio processo de licitação. Não podemos abrir mão desse rigor para atender a interesses de mercado. Estamos tentando resolver por meio de uma lei de inovação um problema da lei de licitação. Cria-se uma excessão aqui e ali, e não enfrentamos de fato o problema. Nossos processos de licitação são morosos muitas vezes porque a iniciativa privada usa de expedientes para impedir que um processo prossiga, faz cartéis de preço, ou seja, são problemas dos processos licitatórios.

**JP - Qual seria o problema da pesquisa e da inovação no Brasil hoje?**

**Andréa** - Somos uma associação de pesquisa em Educação e a nossa relação com o mercado é pequena. A pesquisa em Educação não é tensionada diretamente pelo mercado, por isso tenho cuidado de dizer, porque há pesquisadores de outras áreas que enfrentam esses problemas mais cotidianamente. Mas há estudos que mostram baixo investimento da iniciativa privada em desenvolvimento e inovação no Brasil. Temos muita demanda para que o poder público financie pesquisas nas empresas, mas

temos poucas empresas investindo em pesquisa dentro das universidades.

**JP - As universidades não seriam muito fechadas ao mercado?**

**Andréa** - Eu não acho. A questão é, se termos de ser abertos, e ao produzir conhecimento, as patentes vão ficar com a iniciativa privada, a quem interessa essa abertura das universidades? Esse é o ponto. Todo restante daria para acertar aqui ou ali. Ter um marco que não é claro na estratégia do que vai ser de interesse público na inovação é frágil. Teremos patentes que geram muito lucro no mercado. Serão sempre do mercado? O poder público, como parceiro, vai decretar de interesse público aquele produto? Se isso estivesse claro, acho que poderíamos ter avançado mais. Mas esse elemento de maior controle sobre a iniciativa privada teve resistência de todos os defensores do marco legal.

**JP - Instituições como CNI (Confederação Nacional das Indústrias) e Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) participaram da discussão para elaborar o marco.**

**Andréa** - Um rol muito pesado de instituições. Nós somos vencidos no debate, mas vamos ver como as consequências virão. Ao lado do marco legal temos o Plano de Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação, e a Educação, o desenvolvimento social, precisam ser parte da estratégia. São outros instrumentos e o marco em si não é a única estratégia. Continuaremos disputando um sentido para o desenvolvimento científico nacional e vamos acompanhar o debate interno nas universidades, porque não podemos criar uma universidade dentro da universidade. A pesquisa aplicada em parceria com a iniciativa privada traz o risco de criar mais desigualdade nas condições de trabalho. Hoje já temos bolhas dentro das universidades públicas, com muita diferença na capacidade de arrecadação de recursos próprios, criando regimes de trabalho paralelos. São decorrências que deveremos tomar cuidado, para que isso fortaleça a universidade e não a fracture mais.

# em debate

*Concebido pelas maiores instituições de pesquisa e da indústria do país, o marco legal fortalece a relação de universidades públicas e empresas privadas, permitindo, por exemplo, que docentes façam pesquisa dentro de empresas e que laboratórios universitários sejam usados pela indústria (veja quadro abaixo). A UFG terá este ano para adaptar-se à nova legislação e regulamentar suas políticas de transferência de tecnologia. Uma comissão deve ser eleita ainda no primeiro semestre para produzir o documento base a ser submetido à consulta pública nos conselhos diretores, Cepec e Consuni.*

Universidades podem compartilhar laboratórios e equipes com empresas, para fins de pesquisa (desde que isso não conflite com atividades acadêmicas)

Permite que a União participe de forma minoritária do capital social de empresas com o objetivo de fomentar inovações e resolver demandas tecnológicas do país

Permite que empresas envolvidas nesses projetos mantenham a propriedade intelectual sobre os resultados (produtos) das pesquisas

## ENTREVISTA MARIA CLORINDA FIORAVANTI

### ‘Conhecimento deve gerar divisas ao país’

**Jornal do Professor - Por que foi necessário criar um marco legal para a ciência?**

**Maria Clorinda Fioravanti** - Com a instituição de fundos e aportes mais regulares para pesquisa em 2001 e 2002, o Brasil deu um salto muito grande em termos de produção de conhecimento. Em algumas áreas o Brasil é terceiro colocado no mundo em capacidade de geração de conhecimento, por exemplo, nas agrárias, Enfermagem, Odontologia. Outros países que também produzem conhecimento de qualidade conseguem transformar isso em pesquisa aplicada e produtos, de maneira que isso dê para o país autosuficiência tecnológica. Isso significa desenvolver pesquisa, gerar produtos mais eficientes, vender para o mundo e gerar recursos para o país. O Brasil conseguiu fazer essa primeira parte muito bem. Mas todo nosso desenvolvimento em pós-graduação, em conhecimento, não estava significando melhoria tecnológica das nossas empresas e nossos produtos.

**JP - Como colocar produtos das pesquisas no mercado?**

**Clorinda** - Exato. O papel da universidade é gerar conhecimento, que depois será apropriado e transformado em tecnologia. O desenvolvimento de um país vem quando este país é forte na geração de conhecimento, mas também de tecnologia. E o marco legal garante que o conhecimento gerado nas universidades chegue à sociedade. Não adianta termos pilhas de teses e dissertações maravilhosas dentro da UFG e isso não significar melhorias para o Estado, para a população. Porque essas tecnologias podem chegar sob a forma de tecnologia social, processos absorvidos pelo SUS, por exemplo. São vários tipos de tecnologias, sociais, digitais, de engenharia. O marco diz que nosso conhecimento precisa ser apropriado pelos mais diversos níveis e precisa significar melhorias na qualidade de vida do país. O marco legal não é para que multinacionais ganhem dinheiro, mas é para que empresas nacionais peguem nossas ideias, transformem em produtos e que isso gere recursos para o país, que melhore nosso PIB, nossa arrecadação, nossa qualidade de vida.



Macloys Aquino

**JP - O marco fortalece as relações da universidade com a iniciativa privada?**

**Clorinda** - Não que fortalece, mas cria caminhos para que o conhecimento gerado pela universidade consiga ser apropriado por empresas ou outros segmentos da sociedade, depende do tipo de pesquisa que se está fazendo. E é claro que, se a universidade está gerando uma tecnologia e uma empresa vai ganhar, por que a universidade não pode ganhar junto com a empresa?

**JP - Então abriremos uma nova possibilidade de entrada de recursos privados na universidade que não por editais ou projetos, como é hoje?**

**Clorinda** - Um outro mecanismo que já existia com a Lei de Inovação e que é fortalecido com o marco legal, por exemplo, são as empresas incubadas. Tínhamos uma taxa de mortalidade de empresas no Brasil de mais de 50%, o que é muito ruim para economia do país. A empresa incubada aprende dentro da universidade e, no mercado, se começa a dar certo, uma parcela do seu lucro tem que re-

tornar para a universidade. Se a empresa ganha um pouco, a gente ganha um pouco. Se empresa ganha muito, a universidade ganha muito. Google era uma empresa incubada. Imagine quanto de royalties isso gerou para a universidade.

**JP - Como o marco legal protege o conhecimento em relação ao capital internacional?**

**Clorinda** - Vou dar um exemplo. Existe um medicamento para baixar a pressão que todo mundo usa, o Capoten. A patente dele, que deve estar caindo agora depois de dez anos é, se não me engano, da Bayer, uma multinacional alemã. Mas toda a parte intelectual é de um pesquisador de Ribeirão Preto, que descobriu no veneno de jararaca uma proteína que reduzia a pressão. Identificou essa proteína, sintetizou em laboratório, a Bayer chegou, deu um dinheirinho para ele. Mas quem ganhou milhões e milhões? A Alemanha. A Bayer roubou o projeto? Não. A pesquisa foi apresentada em congresso e a Bayer estava ali. Então a gente precisa proteger nosso conhecimento. Nosso desafio é o pesquisador separar o conhecimento sensível, que tem potencial de gerar recursos para o país, do conhecimento básico. O conhecimento sensível eu posso divulgar, mas depois de patentear. Se está protegido desde o começo, a Bayer até poderia pegar o conhecimento e produzir o medicamento, mas deveria chegar na universidade e perguntar “quanto vocês querem para eu usar esse conhecimento?”

**JP - A universidade não vira mercado com isso?**

**Clorinda** - Não. A gente precisa entender que temos conhecimento com potencial para gerar divisas muito grandes para o nosso país. E que nosso conhecimento não pode ser colocado a público para que uma multinacional, com estrutura muito melhor, sem amarras burocráticas que nós temos, leve para um laboratório e transforme esse conhecimento em produto num piscar de olhos, enquanto lutamos para importar reagentes numa licitação. É uma corrida e temos muito obstáculos burocráticos.

# Privatizar ou salvar: visões do marco legal

Docentes discutem benefícios e interesses de empresas privadas nas parcerias com a universidade

Em evento para apresentar as mudanças do Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação, promovido pela Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação (PRPI) no final de fevereiro, a professora Erika Macedo (Faculdade de Direito da Regional Goiás) questionou benefícios de empresas privadas ao financiarem pesquisas na universidade. “Isso é extremamente grave, qual o limite dos interesses de quem financia a pesquisa?”, indagou.

Professor Nelson Roberto (IQ) respondeu: “em todos os anos de experiência que eu tenho na UFG e a relação com as empresas que nos procuram, nunca tivemos problemas. Pelo contrário, as empresas têm muito respeito com a universidade. Elas sabem que nós detemos o conhecimento”.

“Estou na UFG há 20 anos. Ganho uma média de R\$ 200 mil de salário bruto por ano. De 1996 para cá, trouxe uma média de R\$ 2 mi por ano para a UFG. Ou seja, eu rendo para UFG dez vezes mais do que ela me paga. Isso é possível pela relação que temos com as empresas, através das pesquisas”, complementou.

Erika também questionou as condições da dedicação exclusiva, o papel da universidade como instituição social e a possibilidade de privatização do conhecimento produzido dentro da universidade. “Não vai ser por conta do marco legal que vamos privatizar as universidades”, respondeu Nelson.

“Já fizemos parcerias com empresas e a patente ficou inteiramente para nós [universidade]. As empresas sabem que é a universidade que vai definir como pesquisar e quando. Elas respeitam nossas decisões. Elas estão aqui para serem parceiras. A gente pode salvar nossa situação financeira, mas ainda pensamos que isso é privatização da educação”, acrescentou o professor.

Como a lei é recente, Erika reivindicou ao conjunto das pró-reitorias e à administração da UFG um amplo debate sobre o processo de regulamentação do marco, “que traz mudanças muito sérias à perspectiva de uma universidade pública”, disse no evento.

Professor Nelson credita à nova lei a quebra de burocracias inconvenientes aos pesquisadores. “Temos uma série de pesquisas e patentes muito legais para a sociedade. Esses produtos não chegam à sociedade pela falta de uma lei como essa que agora foi aprovada.”

“

ISSO É EXTREMAMENTE GRAVE, QUAL O LIMITE DOS INTERESSES DE QUEM FINANCIA A PESQUISA? ”



Macloys Aquino

**Erika Macedo**

Faculdade de Direito da Regional Goiás

“

A GENTE PODE SALVAR NOSSA SITUAÇÃO FINANCEIRA, MAS AINDA PENSAMOS QUE ISSO É PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO ”



Sebastião Nogueira - O Popular

**Nelson Roberto**

Instituto de Química

# 30% dos doutores da UFG não publicam

Estudo publicado numa das mais importantes revistas científicas sobre infometria no mundo pode refletir característica geral do sistema

Carlos Siqueira - Ascom/UFG

Trinta por cento dos doutores da UFG não publicaram nenhum artigo científico, livro ou capítulo de livro entre 2011 e 2013. O dado foi detectado num estudo realizado em 2015 e publicado em janeiro passado no *Journal of Informetrics*, uma das revistas científicas sobre infometria mais importantes do mundo.

Intitulado "Drivers of academic performance in a Brazilian university under a government-restructuring program", o artigo, que apresenta outras características da produção científica na UFG, acabou aceito pela publicação porque pode refletir a realidade do sistema acadêmico nacional.

"Pelo que a gente conhece intuitivamente, conversando com colegas de todo Brasil, faz sentido. É um sistema mais ou menos homogêneo, com universidades crescendo, recebendo gente de todo Brasil", diz o pró-reitor de Pós-Graduação (PRPG), José Alexandre Felizola Diniz Filho, um dos autores do artigo.

"É uma universidade não tão endógena como há 20 anos atrás, quando os concursados muitas vezes eram as pessoas que estavam ali mesmo. Essa situação mudou totalmente", completa o pesquisador.

Também são coautores os professores Luis Mauricio Bini e Thiago Rangel, do Departamento de Ecologia (ICB-UFG), e a professora da EVZ Maria Clorinda Fioravanti, pró-reitora de Pesquisa e Inovação (PRPI).

Foram analisados currículos Lattes de 1.487 professores e estudantes de pós-graduação da UFG, incluindo o número total de artigos científicos publicados entre 2011 e 2013 e a pontuação dessas publicações. Apenas 18,7% de toda produção científica da UFG no período foi publicada em revistas com qualis A1.

O estudo considerou as diferenças de produtividade por áreas do conhecimento, como as Humanas, por exemplo, cuja produção científica inclui livros ou capítulos de livros, publicações estas menos velozes que revistas ou jornais.

## Jovens doutores

O artigo mostra que pesquisadores com doutorado recente são

“ NÃO SEI SE A GENTE ESTÁ NESSE NÍVEL DE SE PREOCUPAR TANTO COM QUALIDADE. PORQUE A MAIOR PARTE DAS PESSOAS NÃO PRODUZ ”



José Alexandre Felizola, pró-reitor de Pós-Graduação e o pesquisador que mais publicou na UFG em 2015

responsáveis pela maior parte das publicações de trabalhos científicos da UFG. A explicação é que os resultados da produção antes ou durante o doutorado impactaram no recorte do estudo publicado no *Journal of Informetrics*.

"Mas mostra como esse pessoal está sendo mais bem formado em termos científicos. Aí está ligada uma mudança de percepção na forma como contratamos as pessoas. Tem uma implicação importante, que depende do que a gente quer em termos de perfil. Será que a pontuação nos currículos está adequada, será que a maneira como avaliamos os nossos ingressantes está correta?", reflete o professor José Alexandre Felizola.

Ele concorda com a crítica de que a universidade não pode ser feita apenas de resultados quantitativos e que a exigência para produzir cada vez mais pode até comprometer a qualidade do trabalho docente. Mas diz que existem várias tentativas de resolver isso.

"Toda criação do qualis da Capes foi exatamente essa ideia, de tentar incorporar um pouco de qualidade na produção. Mas é um indicador que temos, quer dizer, você tem uma pessoa que publica 15 trabalhos e tem uma pessoa que não publica nenhum, na realidade não importa muito a qualidade nesta comparação".

"O que eu sempre falo é que se você olhar a UFG como um todo, ou a maior parte das universidades brasileiras como um todo, eu não sei se a gente está nesse nível de se preocupar tanto com qualidade. Porque a maior parte das pessoas não produz", afirma.

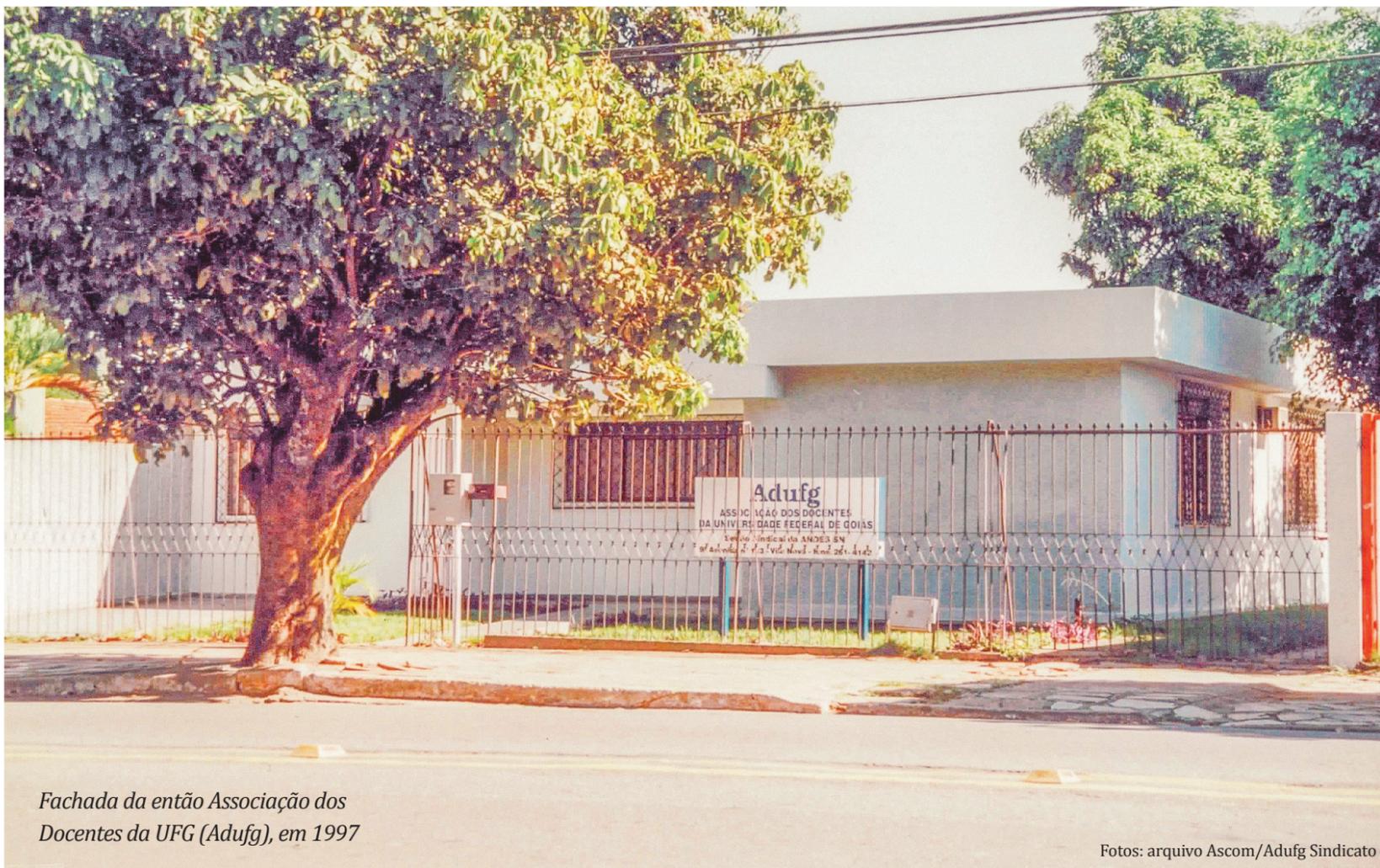
O artigo no *Journal of Informetrics* e um extrato de toda produção científica da UFG em 2015, por docente, foram encaminhados pela PRPG e PRPI a todos os diretores de unidades no início deste ano. Em 2015, 70% dos doutores da UFG não publicaram.

José Alexandre é o docente que mais publicou artigos equivalentes A1 em 2015. "Temos um grupo de pesquisa sólido, com rotina organizada", explica.

## Adufg na história

Passagens e memórias da construção do sindicato

### 'Casinha de sapê'



Fachada da então Associação dos Docentes da UFG (Adufg), em 1997

Fotos: arquivo Ascom/Adufg Sindicato

A pequena casa na 9ª Avenida, na Vila Nova, até hoje é a principal entrada e onde funciona a maior parte da sede administrativa da Adufg Sindicato. Ali docentes resolvem questões relacionadas ao plano de saúde e assuntos financeiros, onde funcionam a administração, assessoria jurídica e a assessoria de comunicação.

Foi comprada em dezembro de 1996, já passou por reformas e adequações. "Tivemos de colocar pilares e sustentação, fazer um alicerce que não existia. Foi uma reforma geral", conta o ex-presidente Carlos Alberto Tanezini (2007-2009).

É que a obra de um prédio ao lado, na época, repercutiu nas estruturas, gerando rachaduras nas paredes internas de quase toda a casa, o que inviabilizaria mais reformas.

O atual presidente, Flávio Alves da Silva, tem a ideia de construir um novo prédio com auditório, área administrativa e estacionamento no lugar.

A casa foi comprada em dezembro de 1996, durante a gestão do professor Reginaldo Nassar (a foto é de 1997). A monguba na calçada foi derrubada pela Prefeitura de Goiânia, a pedido da diretoria, já que a árvore estava prestes a cair.

Em 2013, durante a gestão da professora Rosana Borges, começaram as construções do atual Espaço Cultural, de Lazer e Saúde, da nova cozinha, das salas da diretoria, de leitura, além das reformas da sala do Departamento Jurídico e da Sala de Projetos, totalizando 1,2 mil metros quadrados de área construída.

As novas estruturas foram inauguradas em 2014, o que ampliaram a frequência à sede do sindicato e deram melhores condições de atendimento aos docentes.

Jardim interno, passagem entre a sede administrativa e o Espaço de Saúde

Fachada atual do sindicato, após reforma da gestão da 17ª Diretoria



# ‘A universidade não é antro da esquerda’

*Na luta política, é comum apontarem a universidade pública como centro de formação do pensamento de esquerda brasileira. A esse respeito, o **Jornal do Professor** entrevistou um dos pensadores da esquerda no Brasil, o professor de Sociologia da Unicamp, Marcelo Siqueira Ridenti.*

*“É uma ideia errada a de que a universidade é uma espécie de meio para veicular ideias políticas que lhe são exteriores”, afirma o professor. “Prevalecem exigências de qualidade na produção acadêmica, modelos profissionais de geração de conhecimento”, defende.*

## **Jornal do Professor - Qual a participação da universidade na formação do pensamento de esquerda brasileiro?**

**Marcelo Ridenti** - A universidade tem participação em todos os tipos de pensamento que existem na sociedade. Todas as áreas do conhecimento, inclusive as ciências humanas, passam pela universidade. É um equívoco imaginar que a universidade é um antro de esquerda, acusação às vezes feita por aqui, e também em outros países, até mesmo nos Estados Unidos. Existem várias correntes do pensamento na universidade e a preocupação última é com a construção de um saber que se aproxime da objetividade. Não cabe usar a cátedra como se fosse púlpito para defender posições políticas, sejam quais forem. Se isso existe, é residual. Tão ou mais grave é pretender censurar estudos de correntes de pensamento, promovendo uma espécie de caça às bruxas. Sem liberdade, a universidade não existe.

## **JP - Em termos políticos, não teria como afirmarmos que a universidade se dedica mais ao pensamento de esquerda que o pensamento conservador ou de direita?**

**Marcelo** - Não há como dizer isso. Todas as correntes de análise são representadas. Se tomarmos, por exemplo, o pensamento marxista, que é minoritário na universidade, sua principal fonte institucional foi o seminário de estudos de O Capital, na USP, no começo dos anos 1960. O líder do grupo foi Fernando Henrique Cardoso e a proposta era usar o instrumental teórico marxista para compreender a realidade brasileira de uma maneira objetiva. Não se pretendia tornar a universidade um veículo para confirmar ideias não científicas, pelo contrário, era usar um instrumental teórico para tentar entender como funcionava o mundo e a sociedade brasileira de seu tempo. Não há nenhum problema nisso. Há várias correntes de pensamento nas humanidades, na História, na Ciência Política, na Sociologia. E todas são respeitáveis. Isso é o fundamental, é o que pauta a universidade hoje. Então é uma ideia errada a de que a universidade é uma espécie de meio para veicular ideias políticas que lhe são exteriores. Prevalecem exigências de qualidade na produção acadêmica, modelos profissionais de geração de conhecimento.

## **JP - Entrevistamos um professor recentemente que diz que há faculdades que se especializam nesse pensamento crítico, ele citou as faculdades de Educação. É possível afirmar isso, ou seja, há unidades que concentram essa forma de conhecimento?**

**Marcelo** - Teríamos de fazer uma pesquisa

Arquivo pessoal



mais objetiva para afirmar isso. É comum que certos tipos de pensamento se tornem dominantes em certas instituições. O pensamento econômico liberal, por exemplo, tornou-se hegemônico na chamada escola [da Universidade] de Chicago. No Brasil, ele tem presença forte nos estudos de economia da PUC do Rio de Janeiro. É um tipo de pensamento que hoje é amplamente predominante, a ponto de seus críticos dizerem que está se tornando na prática um pensamento único, que ademais acusa seus adversários de não serem científicos. Nesse caso pode haver um problema, já que a pluralidade, a inquietação, o debate e o questionamento fazem parte da vida universitária de qualidade. Além disso, há lutas sociais dentro da universidade, há setores, por exemplo, onde o sindicalismo é mais forte, em outros é menos forte, o que não quer dizer que os sindicalistas sejam portadores da verdade e que os outros sejam alienados. No ano retrasado saiu um livro muito interessante de Rodrigo Patto Sá Motta, publicado pela editora Zahar, chamado “As universidades e o regime militar”, em que faz um balanço de como se conseguiu continuar produzindo conhecimento científico na universidade que às vezes criticava, às vezes colaborava com o regime. Esse é um exemplo de estudo acadêmico que analisa a relação entre vida política e vida universitária.

## **JP - Professor falou sobre ensino supostamente neutro. Existe realmente um tipo de conhecimento, de educação, neutro politicamente?**

**Marcelo** - Uma corrente que poderíamos chamar de funcionalista ou positivista acredita que é possível chegar ao conhecimento neutro da vida social. Seus críticos apontam que o estudo técnico e supostamente neutro pode ser considerado comprometido, porque de certa maneira ajuda a justificar a ordem social existente. Outras correntes, que não são necessariamente de esquerda, apontam a necessidade da busca do conhecimento objetivo e isento, mas sem ilusão quanto à neutralidade. O grande teórico da Sociologia Max Weber mostra como é difícil construir um conhecimento livre de juízos de valor; pois na própria escolha do objeto já há uma inclinação, digamos assim, para realçar certos aspectos da realidade, que é muito ampla. Isso não quer dizer que se deva ignorar os procedimentos científicos. O pesquisador terá de demonstrar que aquele ângulo do qual ele observa a realidade faz sentido e que é capaz de chegar a resultados que se comprovem como algo objetivo, apesar dos valores encarnados pelo pesquisador. Toda nossa vida social envolve escolhas, num mundo marcado por muitos valores diferentes que têm impacto na produção científica.

# Mudança de sociedade

Fábio Alves



Ana Carolina: "Quando vejo uma denúncia, procuro observar como se construiu"

## Feminismo hoje

O movimento é um debate do cotidiano, de mulheres que percebem desigualdade social, cultural e econômica muito forte, fruto de uma sociedade machista e patriarcal. Vemos essa diferença quando se observa a educação masculina, a educação feminina, nas falas do meio social, como se educa uma mulher, um homem, que lugares uma mulher pode ocupar, um homem pode ocupar. A luta contra isso é política, por igualdade social e não privilégios, para reposicionar sujeitos, porque reposicionar a mulher é reposicionar também o homem, então é um movimento de mudança de sociedade.

## Internet

Durante todo o século XX há movimentações políticas organizadas de mulheres e hoje temos uma explosão desse movimento na internet. As possibilidades de denúncia hoje não existiam antes. Movimentos sociais, tanto de luta contra homofobia e o racismo, utilizam as novas tecnologias como ferramenta de denúncia porque a internet visibiliza, coloca em questão situações de injustiça. Não se pode mais esconder casos de desigualdade. Às vezes a internet tem uma agitação estéril, que não dá em nada. São pessoas que não querem produzir, ficam no senso comum. A grande questão da internet é essa, as coisas ficam no senso comum se você não usar a internet de forma inteligente.

## Denuncismo

Quando vejo uma denúncia procuro observar como se construiu. As pessoas estão muito ávidas em fazer comentários imediatos. Imediatamente à denúncia temos a condenação e o linchamento virtual, muitas vezes sem chance da retratação. Quando me deparo com uma denúncia, paro, dou um passo para trás, espero o passo seguinte do denunciado e me posiciono se for chamada. Mas ao mesmo tempo eu não posso imaginar que uma menina faz uma denúncia para aparecer. Temos que partir para investigação, procurar os órgãos responsáveis, não colocar debaixo do pano. Não podemos partir do pressuposto de que a vítima está mentindo ou fingir que nada aconteceu.

## Radicalismo

O feminismo não está nem um pouco radical. Falta compreender a empatia, compreender a pele do outro. É muito importante compreender o grito de revolta alheio. Sororidade não é algo inato, assim como maternidade não. Sororidade é algo construído. Isso de as mulheres disputarem entre si é efeito do fato de serem colocadas como objetos, e como troféus, têm de disputar entre si e não olhar para mulher ao lado como alguém que luta como eu por um espaço de igualdade social, alguém que tem problemas semelhantes aos meus. Sororidade é olhar para mulheres como irmãs, amigas, unidas. O que na verdade também é um mito, o de que as mulheres se amariam e se reconheceriam, mas é uma busca utópica necessária.

Professora da Faculdade de História (FH), Ana Carolina Eiras Coelho Soares defende o empoderamento da mulher através do exercício constante de se reposicionar no mundo. Em conversa com o JP, ela avalia o momento do feminismo no Brasil e a importância das discussões de gênero na educação.

## Machismo na universidade

É muito forte e preponderante. São muitas denúncias de assédio. Se professoras são assediadas? De uma maneira mais respeitosa, sempre em tom de brincadeira. A universidade é lugar de disputa de poder e todo lugar de disputa de poder é machista.

## 'Feministas'

Algumas dizem que isso é impossível, que o homem jamais compreende a demanda de uma mulher. Mas se eu penso no mundo sem tanta opressão e mais igualitário, posso dizer que sim, que há homens que querem um mundo mais igualitário. Fiquei sabendo que existem os "feministas", é um neologismo que define os homens simpatizantes do feminismo. Achei legal.

## Rio de Janeiro e Goiás

Aqui o machismo é mais evidente, é muito mais claro o lugar de homem e o lugar de mulher. No Rio é mais pulverizado. Aqui é muito mais claro o "não é coisa de mulher", "não é lugar de mulher".

## Machismo próprio

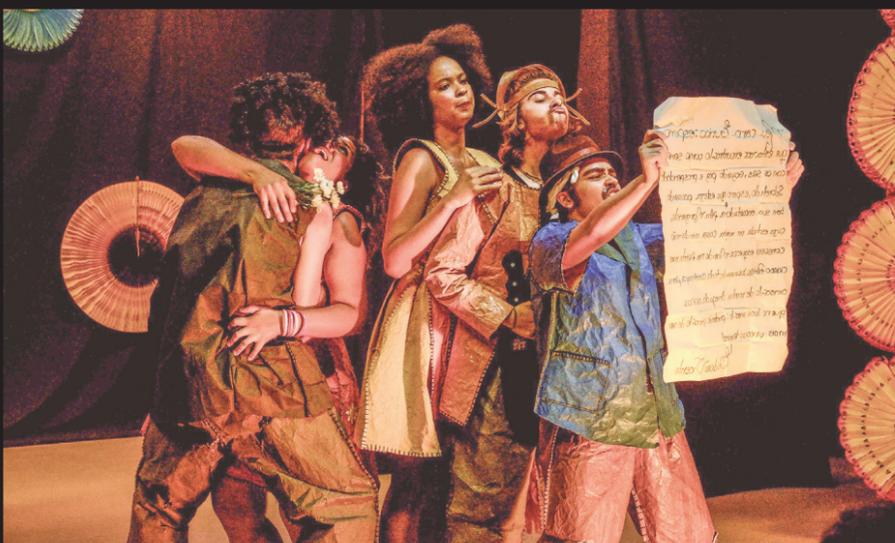
Fui educada numa sociedade patriarcal e me tornei feminista. Constantemente luto contra isso (machismo). Ser feminista é estar sempre em alerta contra sinais de uma educação e uma lógica social que a todo tempo te diz que você não é capaz, não pode. E o tempo todo você tem de dizer, sim, sou capaz, isso é possível. Ser feminista é um exercício constante de se reposicionar no mundo de forma mais empoderada.

## Bandeiras urgentes

Manutenção das discussões de gênero na educação e na saúde (houve a retirada da perspectiva de gênero da MP 696/2015, sobre promoção de políticas de igualdade, por pressão dos conservadores no Congresso). Mas a demanda mais importante é o fim da violência contra mulheres, espancamentos e feminicídio.

## Aborto

É uma bandeira feminista pelo direito ao corpo, direito a medidas contraceptivas, direito à saúde. É uma luta contra uma lógica cristã. As mulheres que lutam pelo direito da escolha e pela possibilidade de um aborto seguro concebem a gestação como algo delas. Sou a favor da possibilidade de opção, mas com um sistema público de saúde estruturado para essas situações. O aborto é uma questão de saúde pública feminina que deveria ser discutido seriamente, mas só se consegue discutir isso se descolar a religião da imagem do corpo da mulher. O cristão não consegue fazer isso.



# Valores sob questão

Laboratório da Emac adapta peça de Ariano Suassuna com provocações sociais

No tenso, instável e até ameaçador momento político brasileiro atual, com tantos valores em questão, Kleber Damaso e Guilherme Oliveira buscam no texto libidinal e malicioso de “O Santo e a Porca” a coragem para rever o lugar e a importância das coisas, a desvirtuação dos valores e as distorções entre o ter e o ser.

Professores da Escola de Música e Artes Cênicas (Emac), eles dirigem uma diferente adaptação do texto de Ariano Suassuna. Toda cenografia e figurinos da peça, feitos em papel, é uma escolha política.

“A reciclagem do papel ascende a dupla função de ressignificar o valor do que é social e culturalmente desprezado, como de assumir nossas limitações e fragilidades diante do risco de que os figurinos se rasguem durante as oscilações comportamentais dos personagens”, dizem.

O Laboratório de Formas Animadas (Lata), criado em 2011 na Emac, fez a montagem da peça, que fica em cartaz até 31 de março no Espaço Cultural Novo Ato, em Goiânia.

Além de Kleber Damaso e Guilherme Oliveira, o professor Marcus Pantaleão e a professora Vanessa Croft também participam da montagem. Dez alunos da graduação em Artes Cênicas atuam na peça. Outros sete alunos do Curso de Direção de Arte e Artes Cênicas respondem pela caracterização visual.

## Avareza

Personagens de “O Santo e a Porca”, Euricão, Caroba e companhia são caricaturas sociais feitas por Suassuna. A obra trata de maneira descontraída os desvios morais e de comportamento motivados pela avareza e privação afetiva de seus personagens.

A supervalorização econômica nas relações sociais e a relação do homem com o divino e com o mundo material são abordados pelo escritor nordestino na obra encenada pelo grupo da UFG.



# Encantada pela ciência

## A trajetória de uma das pesquisadoras mais produtivas da UFG

Na prateleira de cima da apertada sala de trabalho, a professora Célia Maria de Almeida se estica e vasculha papéis em busca de um jornal antigo. Uma edição de 2001 é encontrada já amarelada pelo tempo. A matéria principal destaca entrada da UFG no Projeto Genoma e, na fotografia, Célia aparece ao lado do sequenciador de DNA dado à universidade pela participação no programa nacional.

O cuidado de guardar o jornal vem da importância do projeto para o Laboratório de Biologia Molecular José Salum – no segundo andar do Instituto de Ciências Biológicas (ICB), onde a professora trabalha. O laboratório é uma conquista de Célia. Desde 1991 ela se dedica ao espaço: capta recursos, forma e capacita alunos, que se tornam professores e produzem ciência no mesmo laboratório.

Filha de produtores rurais, Célia é de Penápolis – interior de São Paulo – e estudou em escolas públicas. Seus professores foram fonte de inspiração. Das aulas de Biologia surgiu interesse pela ciência. Química, Física e Inglês endossaram o caminho trilhado.

Graduada em Biologia pela USP, veio para Goiânia com 21 anos. Procurou local para continuar os estudos. Encontrou no ICB o professor José Salum: “Pessoa de visão diferente de como deveria ser a ciência; que a universidade deveria ter ciência. Isso em 1976”, relembra.

De bolsista aperfeiçoamento [que não existe mais], tornou-se

### ‘Nunca me achei inferior a ninguém’

O percurso da escola pública à referência internacional em pesquisas de biologia molecular, as imposições da sociedade machista não foram barreiras para Célia Maria. “No meio acadêmico se tem toda a liberdade de progredir desde que seja competente”, afirma.

A professora acumula cargos importantes: é membro e ex-coordenadora do Comitê de Assessoramento de Genética (CA-GE), diretora da Sociedade Brasileira de Genética (SBG) e presidente da Comissão de Biossegurança da UFG. “Desde a minha infância,

nunca me achei inferior a ninguém. Muito menos em relação ao sexo masculino. Quando se tem essa visão, de que você é tão capaz quanto qualquer outro, não tem como sentir problemas na vida profissional. Eu confesso, nunca senti. Nunca ninguém colocou o pé na minha frente e disse: você não vai.”

Na compreensão da professora, a situação é diferente em outros quadros das relações sociais: “Não estou dizendo que a posição da mulher é uma beleza. Cada vez que a gente desce na escala social o problema aumenta.”

professora da UFG em 1979. Um ano depois ingressou no recém-criado mestrado em Ciências Biológicas [idealizado por José Salum, Alberto José Centeno e Fernando Luiz Kratz]. Interessada em biologia molecular, mandou uma carta para UFRJ a fim de oportunidade para o doutorado.

#### Grupo

Dois filhos pequenos e o marido a acompanharam na mudança de cidade. “O Rio de Janeiro foi um baque em termo de ciência”, revela.

“Ali me deparei com pessoas que pesquisavam em grupo. Tinham filosofia de fazer tudo junto. E isso é muito mais fácil. Adotei isso para mim.”

De volta à UFG, a década de 1990 foi dedicada à montagem do laboratório para trabalhar em grupo. “Me custou muito, mas tive que fazer. Em ciência a gente não faz nada sozinho. Ciência é intercâmbio, produção, publicação.”

O funcionamento do laboratório José Salum é organizado por Célia. “Só a moça da limpeza entra

e passa uma vassoura aqui. Todo resto aqui é programado e organizado por nós [alunos e professores]. Tem uma escala. Nós limpamos os laboratórios, controlamos tudo. Aqui não tem técnico. Nunca conseguimos um.”

O trabalho rendeu frutos – inclusive a inserção da UFG no Projeto Genoma Brasil, que deu visibilidade à ciência nacional nas últimas décadas. Os orientandos da professora são reconhecidos. “Às vezes alguém liga dizendo: Oh, Célia! Manda uns alunos bons pra gente”, brinca.

Com pós-doutorado na Universidade de Cincinnati, nos Estados Unidos, a professora é hoje referência em biologia molecular. “Seu trabalho é reconhecido nacional e internacionalmente. Ela lidera um campo todo experimental. É uma área pesada”, comenta a professora Divina das Dores Cardoso (ICB), ex-pró reitora de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG).

Em 2015, de acordo com relatório da Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPG) e da Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (PRPI), a professora Célia é uma das mais produtivas do ICB – é a terceira colocada no ranking, antecedida por José Alexandre Felizola e Rafael Dias Loyola – e uma das que mais publicou no ano passado na universidade.

Ela orienta 20 alunos, mas sempre encontra tempo para o filho e a filha, os dois netos, os seis cachorros e um gatinho: “Sempre tive uma visão de organização que me ajudou em tudo.”